



CRISTOLOGIAS PRIMITIVAS: DOS EVANGELHOS AOS PADRES APOSTÓLICOS

PRIMITIVE CHRISTOLOGIES: FROM THE GOSPELS TO THE APOSTOLIC FATHERS

Walace Alexander Alves Cruz*

Resumo: Desde o século I, quando Jesus de Nazaré se manifestou publicamente na Judéia, sua pessoa tornou-se objeto de polêmicas, debates e reflexões. Entre aqueles que o seguiram, nunca houve plena unanimidade em relação à sua pessoa. Não obstante, com o tempo, consolidou-se uma tradição, que reivindicou para si a autoridade apostólica; com efeito, no concílio realizado no século IV, em Nicéia, foram definidos os dogmas cristológicos oficiais do cristianismo. Embora se reconheça a importância do Concílio de Niceia e a influência de Constantino para tais definições, já no final do século I e ao longo do II existia uma cristologia sólida, desenvolvida por discípulos dos apóstolos, os chamados Padres Apostólicos. Neste artigo, objetivamos expor, analisar e refletir sobre sua substância. Defendendo, em última instância, a existência de uma cristologia consistente – radicada na tradição apostólica – anterior a Nicéia.

Palavras-chave: patrística; padres apostólicos; cristologia; ortodoxia cristã.

Abstract: Since the first century, when Jesus of Nazareth publicly manifested himself in Judea, his person has become the subject of controversies, debates, and reflections. Among those who followed him, there was never complete unanimity regarding his identity. Nevertheless, over time, a tradition was consolidated that

* Doutorando em Teologia, em cotutela, pela FAJE (Brasil) e pela UCP (Portugal). Mestre em Filosofia pela FAJE. Licenciado em História pela PUC Minas. Bolsista CAPES/ PROEX. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4745-5865>. E-mail: professorwalacealexander@yahoo.com.

claimed apostolic authority for itself; indeed, at the council held in the fourth century in Nicaea, the official Christological dogmas of Christianity were defined. Although the importance of the Council of Nicaea and the influence of Constantine on such definitions are acknowledged, by the end of the first century and throughout the second, there already existed a solid Christology developed by the disciples of the apostles, the so-called Apostolic Fathers. In this article, we aim to present, analyze, and reflect upon its substance, ultimately defending the existence of a consistent Christology –rooted in apostolic tradition – prior to Nicaea.

Keywords: patristics; apostolic fathers; Christology; Christian orthodoxy.

Introdução

A cristologia – estudo sistemático sobre Jesus Cristo – é o coração da teologia. A teologia, por sua vez, é o esforço de compreender, racionalizar e comunicar o grande mistério denominado Deus. Afirmamos que a cristologia é o coração da teologia, porque na fé cristã se crê que Deus é plenamente revelado na pessoa de seu Filho (com F maiúsculo) Jesus Cristo. Assim, a mensagem do cristianismo tem se concentrado no anúncio de que Jesus é o Logos Encarnado (Jo 1,1-14); o Filho de Deus. O credo Niceno-Constantinopolitano declara que Jesus é Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Contudo, esta última formulação conciliar é tardia – datada do século IV d.C. Foi aprovada no contexto de tensões, debates e excomunhões; e ainda assim, fora e se mantém contestada por diversificados grupos que reivindicam para si o epíteto de cristãos, mas que no prisma da “ortodoxia” são considerados “hereges”. Fato é que Jesus de Nazaré, desde suas primeiras aparições públicas até sua crucifixão provocou (e ainda provoca) controvérsias acaloradas. Já nos Evangelhos é explícita a existência de perspectivas controversas

a respeito de Jesus. Os evangelistas dão voz aos discípulos e, também, aos inimigos de Jesus; isto, nos permite perceber as contraditórias perspectivas sobre ele.

Ato contínuo, no período após Jesus, se agudizou as discussões cristológicas. Defini-lo se tornou o ponto nevrálgico dos debates entre os cristãos. Durante três séculos as controvérsias se mantiveram, sem que houvesse uma definição universal e homogênea. Homogeneidade que, aliás, jamais existiu. Contudo, como destacado, no século IV foi estabelecida uma definição dogmática e confessional “oficial” da Igreja sobre quem é Jesus. Doravante, o Credo Niceno-Constantinopolitano será a referência fundamental para a elaboração de novos dogmas, confissões e reflexões cristológicas, que reivindicuem o selo da ortodoxia. Entretanto, ao final do século I e durante o II já havia uma cristologia sólida, radicada no ensinamento apostólico. Os escritos patrísticos, como se verá no desenvolvimento dessa análise, fundamentam tal afirmação. O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, analisamos as controvérsias e perspectivas variadas sobre Jesus de Nazaré presentes nos Evangelhos; na segunda, destacamos as principais polêmicas cristológicas circundantes nos séculos I-II; na terceira, expomos e refletimos sobre a cristologia dos padres apostólicos – apontando sua importância vital para a construção de uma “cristologia ortodoxa”, que culminou no credo niceno-constantinopolitano.

1 Jesus na perspectiva dos evangelhos: uma síntese

A pergunta sobre a pessoa de Jesus é uma das questões-chave nos evangelhos sinóticos (Mt 16,13-16; Mc 8,27-29; Lc 9,18-20). Pode-se considerá-la como uma interpelação central, cujos evangelistas, sob diferentes perspectivas,

se propõem a responder. De imediato, destacamos que os evangelhos se tratam de documentos essencialmente teológicos e catequéticos. São narrativas pós-pascais – isto é, elaboradas após a crucificação e – conforme crê a comunidade cristã – a ressurreição de Jesus¹. Os evangelhos são documentos da Igreja. Significa que foram escritos com o fermento da fé para a proclamação da boa nova cristã. Por certo, havia um interesse histórico na pessoa de Jesus por parte daquelas primeiras comunidades. A fé cristã desde suas origens está radicada em uma pessoa histórica: Jesus de Nazaré; todavia, a forma como essa comunidade o vê, a singulariza. Para os cristãos, Jesus é, em primeiro lugar, o Cristo – ou seja, o messias (ungido) prometido por YHWH, conforme as diversas profecias da bíblia hebraica. À vista disso, os evangelhos não são livros históricos, no sentido “científico” que o termo adquiriu, especialmente a partir do século XIX². Quer dizer, a escrita das narrativas evangélicas não teve como princípio uma investigação

¹ O mais antigo dos evangelhos – segundo Marcos – está datado entre os anos 65-70 d.C. Segue-se São Mateus (80-90 d.C.), São Lucas (80-90 d.C.) e São João (90-100 d.C.). Destacamos que a datação dos evangelhos é uma questão que se mantém polêmica e controversa; contudo, nossa datação se alinha à perspectiva majoritária entre os estudiosos e críticos dos Evangelhos na atualidade. Para uma análise aprofundada sobre as origens, elaboração e datação dos evangelhos, conferir: BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 2002, p. 1689-1701; ALAND, Barbara; ALAND, Kurt. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. São Paulo: SBB, 2013; PAROSCHI, Wilson. *Origem e transmissão do texto do Novo Testamento*. São Paulo: SBB, 2012.

² A História passou a ser considerada uma ciência sobretudo a partir do século XIX, com a consolidação do historicismo alemão e da metodologia crítica de Leopold von Ranke (1795-1886), que defendeu o estudo rigoroso das fontes e o ideal de narrar o passado “wie es eigentlich gewesen” (“como realmente aconteceu”). Esse movimento marcou a transição da história literária, moral ou filosófica – comum até o Iluminismo – para uma disciplina científica, fundada na crítica documental e na objetividade. O modelo rankeano influenciou profundamente as universidades europeias, especialmente a de Berlim, e tornou-se o paradigma dominante até o século XX, quando novas correntes (marxista, dos Annales, micro-história, história cultural) ampliaram a compreensão do que é “científico” na pesquisa histórica (Le Goff, 2013, p. 121-141; Reis, 2011, p. 21-38).

metodológica, que objetivava analisar de modo “neutro” a pessoa de Jesus de Nazaré, para se aproximar de modo mais fidedigno possível de sua pessoa³.

Ao contrário, os evangelistas já estão convencidos de quem é Jesus, e deixam claro suas convicções e intenções do início ao fim. Vejamos, por exemplo, como se iniciam e terminam os evangelhos. São Marcos abre seu evangelho com as seguintes palavras: “Ἀρχὴ τοῦ εὐαγγελίου Ἰησοῦ Χριστοῦ [υἱοῦ τοῦ Θεοῦ]” (NT Grego, 2018, p. 3); traduzido: “Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus” (Mc 1,1). São Mateus, por sua vez: “Βίβλος γενέσεως Ἰησοῦ Χριστοῦ, υἱοῦ Δαυὶδ, υἱοῦ Ἀβραάμ (NT Grego, 2018, p. 95). Traduzido: “Livro da origem de Jesus Cristo, Filho de Davi, filho de Abraão” (Mt 1,1). Ambos os evangelistas afirmam de imediato a messianidade de Jesus; com efeito, Χριστοῦ – tradução grega da palavra hebraica מָשִׁיחַ (*māšîaḥ*) – que, a rigor, é uma identificação, tornar-se-á um codinome de Jesus. Mais ainda, será uma chave hermenêutica através da qual será possível explicar por que Jesus fez o que fez: porque ele é o messias, o ungido de Deus. Em sua pessoa o Reino de Deus se encarna e se instaura na humanidade. Marcos e Mateus confeccionam seus textos de modo que o meio e o fim justifiquem o que se anuncia no início. Assim, na vida de Jesus cada acontecimento

³ Esse trabalho se tornou central para os historiadores que se dedicam à pesquisa sobre o chamado “Jesus Histórico”. A chamada pesquisa sobre o Jesus histórico (em alemão, *Leben-Jesu-Forschung*) surgiu no século XIX, em meio ao racionalismo e ao desenvolvimento da crítica histórica e literária aplicada à Bíblia. Seu marco inicial costuma ser atribuído à obra de Hermann Samuel Reimarus (1694–1768), publicada postumamente por Gotthold Ephraim Lessing, e consolidada por David Friedrich Strauss, em *Das Leben Jesu, kritisch bearbeitet* (1835). Strauss rompeu com a leitura puramente devocional dos Evangelhos ao interpretá-los como construções míticas de fé. Posteriormente, a pesquisa passou por três grandes fases: a Primeira Busca (século XIX – início do XX), centrada na oposição entre o “Cristo da fé” e o “Jesus da história”; a Segunda Busca (décadas de 1950–1970), marcada por Ernst Käsemann e a redescoberta do contexto judaico de Jesus; e a Terceira Busca (a partir da década de 1980), que, com autores como E. P. Sanders, John P. Meier e N. T. Wright, busca integrar os dados históricos e teológicos numa compreensão mais ampla do Jesus real e do Cristo proclamado pela Igreja (Cardedal, 2022, p. 394-403).

está cuidadosamente vinculado a um propósito. Isto fica evidente, por exemplo, na expressão recorrente em Mateus: “ἵνα πληρωθῇ τὸ ῥηθὲν διὰ τοῦ προφήτου λέγοντος” (“para que se cumprisse o que foi dito pelo profeta”), como se pode ver em: Mt 1,22; 2,15; 2,17; 2,23; 4,14; 8,17; 12,17; 13,35; 21,4; 26,56.

São Lucas não inicia com uma expressão confessional direta; todavia, seu evangelho é o único que apresenta detalhes da trama que envolve o nascimento de João Batista, figura central no quebra-cabeça que culmina na messianidade de Jesus. Os evangelistas veem em João Batista o cumprimento de Malaquias 3,23 e Eclesiástico 48,10; ou seja, o Batista é o Elias que havia de vir (Mt 11,14; Mc 9,11-13; Lc 1,17). Além disso, as expressões que mais aparecem em Lucas são: ὁ υἱὸς τοῦ ἀνθρώπου “Filho do Homem” (Lc 5,24; 6,5; 9,22; 12,8-10; 19,10; 22,69) e βασιλεία τοῦ Θεοῦ “Reino de Deus” (Lc 4,43; 6,20; 8,1; 9,2; 10,9; 17,20-21). A associação lucana é clara: Jesus é a pessoa que cumpre as promessas escatológicas da bíblia hebraica; é aquele em quem o Reino está corporificado e por meio de quem é estabelecido. Por sua vez, são João, o mais tardio e teologicamente desenvolvido dos evangelhos, inicia com uma declaração nevrálgica para a doutrina da divindade de Jesus: “Ἐν ἀρχῇ ἦν ὁ λόγος, καὶ ὁ λόγος ἦν πρὸς τὸν Θεόν, καὶ Θεὸς ἦν ὁ λόγος” (NT Grego, 2018, p. 248); “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (Jo 1,1). Os evangelistas dos sinóticos partem da humanidade de Jesus, quiçá fazem dela o núcleo de suas cristologias. Para eles, no homem Jesus se cumprem as profecias, se realiza a chegada do Reino de Deus; se manifesta a unção específica do messias.

O evangelho joanino proclama explicitamente a deidade de Jesus. De início é afirmado que Jesus é o Logos Eterno que se encarnou; com efeito, os leitores do seu evangelho hão de se deparar com narrativas que rememoram a presença e as ações de Deus (feito homem) que viveu entre nós. A propósito, para se referir

a essa “presença entre nós” o evangelista utiliza a expressão ἐσκήνωσεν ἐν ἡμῖν, ou seja, “tabernaculou entre nós” (Jo 1,14). E o faz de modo premeditado, pois em seu horizonte religioso e cultural estavam profecias que anunciavam a vinda de YHWH para tabernacular (ou, habitar) no meio do seu povo, por exemplo: Is 7,14 e Ez 37,27. Ato contínuo, a identificação de Jesus com a deidade é explícita no decorrer das narrativas. Ponto áureo é Jo 8,58, quando o autor coloca na boca de Jesus, afirmando sobre si mesmo, a icônica expressão do Êxodo 3,14: EU SOU (em hebraico: *אֲנִי־יְהוָה*; em grego: *ἐγώ εἰμι*). Pode-se encontrar ainda outras passagens joaninas em que a identidade de Jesus – para além de sua messianidade – é vinculada à deidade. Em Jo 10,10 Jesus e o Pai são identificados como uma unidade, posteriormente a teologia patrística esclareceria: duas pessoas distintas, uma única substância. Com efeito, ao ver Jesus, vê-se uma pessoa distinta do Pai, não obstante igual na substancialidade (Jo 14,9).

A divindade de Jesus é uma afirmação inconfundível de são João; e a reação dos judeus – que querem apedrejar Jesus por blasfêmia (Jo 8,59; 10,31-33) – é um testemunho de que os interlocutores em cena entenderam a escandalosa mensagem anunciada: Jesus é Deus. Destarte, a confissão colocada na boca de são Tomé a respeito de Jesus, é uma ressonância do que confessa a comunidade cristã já no século I: “Meu Senhor e meu Deus” (Jo 20,28). Amiúde, o evangelista – conforme destacamos – ratifica o caráter teológico, ou ainda melhor, catequético do seu evangelho: “Jesus fez ainda, diante de seus discípulos, muitos outros sinais, que não se acham escritos neste livro. Esse, porém, foram escritos para crerdes que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo, 20,30-31). Os evangelistas são homens que creram, e a intenção clara que os motiva a escrever é conduzir seus leitores também a crer.

2 Principais disputas cristológicas nos séculos I e II

A unidade tem um valor vital para a comunidade cristã. Embora, em sua história bimilenar esteja marcado por recorrentes tensões, conflitos e divisões. Isso está explícito nos documentos históricos, tanto quanto na própria Sagrada Escritura. É comum o imaginário de que a comunidade cristã primitiva estava radicada em um modelo de unidade utópico. Por certo, São Lucas, em Atos dos Apóstolos, oferece passagens que podem alimentar essa imaginação, por exemplo, At 1,14: “Todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com seus irmãos”; Atos 2,44-45: “Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo a necessidade de cada um”; ou ainda, Atos 4,32: “A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum”. Não obstante, este era um lado da moeda. Por outro lado, o mesmo autor, expõe as divergências e tensões no interior da mesma comunidade.

São exemplos: os recém-convertidos helenistas que se sentiram invisibilizados, quanto à assistência social prestada pelos apóstolos, em relação aos judeus (At 6,1 e segs.); os judeus convertidos que se queixaram inicialmente de Pedro ter ido anunciar o evangelho na casa do gentio Cornélio (At 11,1-3); a controvérsia em relação ao *modus vivendi* dos cristãos gentios (não judeus) que se convertiam – que culminou no que pode ser considerado o primeiro concílio da Igreja (At 15,1 e segs.). Destacamos ainda, a divergência e separação de Paulo e Barnabé (At 15, 36-40), e o confronto entre Paulo e Pedro (Gl 2,11-14). Todavia, a comunidade cristã de Corinto é o exemplo mais nítido da realidade turbulenta e

fraccionada da Igreja no século I. São Paulo diz: “Não vos pude falar como a homens espirituais, mas somente como a homens carnaís, como a crianças em Cristo. Dei-vos a beber leite, não alimento sólido, pois não podíeis suportar. Mas nem agora podeis, visto que ainda sois carnaís”. E, o que caracteriza a “carnalidade” e “imaturidade” dessa comunidade? As “invejas e rixas”, os partidarismos que os fazem declarar: “Eu sou de Paulo”, ou ainda: “Eu sou de Apolo” (1Cor 3,1-4). Ato contínuo, no período pós-bíblico, por variados motivos, o sectarismo se agudiza. Principalmente, por disputas cristológicas. Vejamos alguns grupos e suas respectivas doutrinas.

2.1 Gnosticismo

A gnose – palavra de origem grega γνῶσις (gnósis) – pode ser melhor compreendida como uma escola mística, cujas origens são difíceis de identificar. Não obstante, sua influência é constatável nas filosofias e teologias de distintas tradições; é o caso, por exemplo, da tradição cristã. De imediato, destacamos a etimologia e as principais características do pensamento gnóstico. Gnose significa conhecimento — pode ser traduzida também como sabedoria ou compreensão. A cosmovisão gnóstica é dualista; crê na existência de duas divindades, uma boa, que criou o espírito e o mundo inteligível (eterno, imutável e perfeito). Outra, a divindade má, criadora da matéria e do corpo; assim como, do mundo sensível (transitório, mutável e imperfeito). Desse modo, o gnosticismo tem uma antropologia radicada numa tensão extrema: o ser humano é um espírito enclausurado dentro de um corpo; sua missão árdua, consiste em se libertar dessa prisão. Por semelhante modo, a teologia gnóstica defende o embate entre duas divindades — a boa versus a má. A soteriologia gnóstica, portanto, aponta

para a libertação da matéria, do corpo; assim como, para a felicidade de escapar deste mundo. Para isso, não há, necessariamente, um salvador. A libertação gnóstica indica um caminho individual, ou seja, que cada pessoa deve percorrer até alcançar sua própria iluminação (Meunier, 2005, p. 43-44; Schneider, 2012, p. 297).

O que o gnosticismo afirma haver são mestres iluminados que, de diferentes modos, auxiliam o peregrino a atingir seu objetivo. Pode-se dizer que as principais heresias cristãs dos séculos I e II tiveram, em menor ou maior grau, influência do gnosticismo. Assim, o cristianismo gnóstico afirmava haver uma distinção radical entre o deus do Antigo Testamento (mal) e o do Novo Testamento (bom). O Logos Eterno jamais encarnou; o que as pessoas viram eram apenas uma aparência, posto que o Logos em nenhuma hipótese assumiria a matéria que é má. Destarte, Jesus era “salvador” no sentido gnóstico, isto é, um mestre iluminado que revelava aos iniciados o conhecimento arcano (gnose) – meio exclusivo da libertação ou “salvação” da prisão corpórea.

2.2 Docetismo

Em Atos dos Apóstolos é apresentado aos leitores o processo de expansão do cristianismo, para além dos limites da comunidade judaica. No século I, principalmente nos territórios sob domínio romano, predominava a cultura helenista. À vista disso, enquanto o pensamento cristão penetrava o mundo helênico, a filosofia helênica influenciava o horizonte cristão. O docetismo é um dos frutos do cristianismo fermentado pela mentalidade helenista. A palavra docetismo tem sua origem no verbo grego *δοκέω* (*dokéō*), cujo significado é parecer, aparentar; parecer ser. Era um dos grupos principais de cristãos

gnósticos nos séculos I e II. Suas ideias teológicas, e mais especificamente as cristológicas, deixam explícitas as influências do gnosticismo helenista. A começar, pela convicção da transcendência absoluta da Divindade, que, impossibilitava qualquer possibilidade de imanência e, principalmente, de encarnação. Com efeito, a relação entre a Divindade e o mundo se limitava a aparições, lampejos e contatos místicos; no máximo, através de epifanias. Desse modo, o docetismo negava radicalmente o mistério da Encarnação; e mais, a humanidade e a corporalidade de Cristo. Pois o Espírito e a matéria, criam eles, eram irreconciliáveis; o Espírito é bom, a matéria má. Portanto, era impossível que a Divindade se tornasse matéria (corpo) (Bogaz, 2008, p. 41; Cardedal, 2022, p. 260-262).

Assim, o docetismo tinha uma explicação exótica do evento Cristo. Havia uma separação drástica entre “Cristo” e “Jesus”; o Cristo havia se apossado de Jesus, possessão que aconteceu no seu batismo realizado por João. Dali em diante, era o Cristo que as pessoas viam – contudo, com a aparência humana, corpórea. Grosso modo, era um Espírito iluminado que aparentava ter um corpo. Destarte, na esteira da rejeição à Encarnação, o docetismo negava os sofrimentos, a crucifixão e a morte na cruz do Cristo. Quem foi crucificado é Jesus, o invólucro. No momento da crucifixão, o Cristo desapossou e abandonou o corpo na cruz. Não para uma finalidade salvífica ou expiatória, mas porque esse era o fim destinado à matéria que é má: sua destruição. Assim, o Cristo (divino) auxiliou Jesus (humano) a conquistar sua própria libertação ou iluminação (Schneider, 2012, p. 296-297).

2.3 Ebionismo e adocionismo

Ao contrário do docetismo, cujas raízes estavam fincadas no helenismo, o ebionismo estava radicado no judaísmo. Os ebionistas eram – como a maior parte dos primeiros cristãos – judeus convertidos a Jesus. À vista disso, a fé na divindade de Jesus parecia atingir o ponto nevrálgico da fé judaica: o monoteísmo. Assim, os ebionistas negavam a divindade de Jesus; portanto, todos os elementos que concorriam para sua vinculação à deidade eram negados: a geração eterna, a preexistência, a filiação divina e qualquer identificação com YHWH. Desse modo, era afirmado, inclusive, que Jesus teve todo seu processo de geração como o de qualquer outra pessoa; era filho de José e Maria, assim, não houve participação do Espírito Santo na gravidez de Maria. Em suma, pode-se dizer que os ebionistas se mantiveram praticantes do judaísmo, acreditavam na messianidade de Jesus, na sua mensagem profética, e no seu ensino ético e moral, rejeitando, porém, sua deidade. Amiúde, destacamos o adocionismo, movimento que, também, negava a divindade de Jesus. Suas características se confundem com a do docetismo. O ponto central é que para os adocionistas – como sugere o nome – Jesus fora adotado por Deus como filho, no momento em que o Espírito Santo veio sobre ele, no batismo realizado por João Batista (Cardedal, 2022, p. 244,257-259; Schneider, 2012, p. 295-296).

Por fim, destaca-se um ponto comum entre os diferentes movimentos cristãos dissidentes que abordamos nessa segunda parte: a recusa do paradoxo cristológico; ou seja, que Jesus é plenamente Deus e homem. Todavia, no mesmo período histórico (séculos I e II), havia uma tradição sólida, que fomentou o caminho para a ortodoxia oficial do cristianismo, a tradição dos padres apostólicos. A seguir, analisamos aspectos centrais de sua cristologia.

3 Cristologia nos padres apostólicos

A teologia dos Pais da Igreja está no bojo da tradição patrística. “Patrística é o conjunto de escritos primitivos da era cristã, registrando suas experiências, seus ensinamentos, seus rituais e a vida eclesial [...]. Esta denominação quer distinguir os escritos do período da Antiguidade cristã. Seus escritores são intitulados Padres da Igreja” (Bogaz, 2008, p. 26). Os Padres da Igreja, “são teólogos e místicos da Igreja nos seus primeiros séculos. Muitos eram episcopos, presbíteros, diáconos, outros eram leigos. Entre eles temos muitos monges e mártires. São considerados cristãos de grande santidade” (Bogaz, 2008, p. 26). No entanto, o período patrístico ou dos Padres da Igreja abarca o longo período do século II ao VII (ou, VIII no Oriente); sendo assim, é comum dividi-lo em épocas: a) Orígenes (até 325); b) Ouro (até 451); c) Declínio: no Ocidente, até Isidoro de Sevilha (636); no Oriente, até 730 com João Damasceno (Bogaz, 2008, p. 28-29). Não obstante, pode-se considerar esta divisão para fins de organização, quiçá pedagógicos. Assim, não significa, necessariamente, que a época chamada de “ouro”, tenha mais importância que as demais, apenas que foi o período de maior fertilidade intelectual e produtiva. No período das origens é onde está situado os Padres Apostólicos. São homens que:

Tiveram relação imediata com os discípulos de Jesus e foram formando novas comunidades, dando-lhes uma configuração eclesial. ‘Padres Apostólicos’ é o título alcunhado para compreender estes primeiros teólogos da Igreja que escreveram cartas, nas quais encontramos os fundamentos da fé cristã para as comunidades nas suas mais tenras origens [...]. O período destes escritos se restringe ao final do século I e início do século II (Bogaz, 2008, p. 65).

Dentre os Padres Apostólicos, optamos por abordar os aspectos cristológicos nos escritos de três autores: Barnabé, Inácio de Antioquia e Policarpo de Esmirna. Destacamos, de imediato, que, neste período, não havia teologias “sistemáticas”. Assim, de modo geral, os escritos dos Padres Apostólicos consistem em cartas e memórias, de caráter catequético, doutrinário e de encorajamento. Todavia, há elementos que explicitam uma cristologia clara e consistente. Vejamo-las.

3.1 Barnabé (c. 10 – 61 d.C.)

Barnabé⁴ nasceu e foi martirizado em Chipre, uma das primeiras regiões evangelizadas por São Paulo, conforme At 13,4-12. De acordo com o testemunho de Clemente de Alexandria e Orígenes, Barnabé foi um catequista primoroso em Alexandria. Sua carta foi escrita na primeira metade do século II; como é característico dos escritos deste período, contém forte teor escatológico e eclesiológico. Numa época de grande perseguição aos cristãos, os pastores se empenhavam em animar a fé, apontando para a parousia (vinda de Cristo). Assim como, se dedicavam em fortalecer a unidade da Igreja. Nesse período, a Igreja ainda buscava sua autonomia em relação ao judaísmo, ou se preferir, afirmar sua identidade central que a distinguiu de sua religião materna. Desse modo, se nota nos escritos de Barnabé traços apologéticos contra o judaísmo – mais propriamente, contra aqueles que queriam manter no cristianismo elementos legalistas do judaísmo. Ainda mais acentuado, são os conselhos de Barnabé que

⁴ Não o confundir com seu homônimo, que foi companheiro de São Paulo.

evidenciam o cuidado pastoral em relação ao *modus vivendi* dos cristãos (Patrística, 2021b, p. 74-80).

Os elementos cristológicos atravessam sua carta. Para Barnabé, Cristo é a chave hermenêutica para a leitura do Antigo Testamento; neste, Cristo está prefigurado e anunciado. Portanto, o cristão deve ler a Bíblia Hebraica como um documento cristológico. Destarte, a relação do cristão com o Antigo Testamento não é de rejeição ou rompimento, como defendiam, por exemplo, os gnósticos. O cristão lê o Antigo e Novo Testamento em relação de promessa e cumprimento, de preparação e realização; de finalidade e consumação. Barnabé sublinha uma cristologia da exaltação: Jesus Cristo é o Filho de Deus, que foi exaltado pelo Pai, através de sua ressurreição e ascensão. Assentado sobre o trono, exerce seu senhorio, que em breve se manifestará sobre toda a extensão da criação visível e invisível. A filiação divina de Jesus, para Barnabé, implica, assim, na plena participação na natureza e substância do Pai; portanto, Jesus é Deus (Bogaz, 2008, p. 71; Patrística, 2021b, p. 87-99).

3.2 Inácio de Antioquia (c. 35 – 107 d.C.)

Inácio foi o terceiro bispo da comunidade de Antioquia, fundada pelo apóstolo Pedro. Conheceu os apóstolos João e Paulo. Preso e levado a Roma, morreu como mártir no Coliseu. Ao todo, escreveu sete cartas, às comunidades de Éfeso, Magnésia, Trales, Filadélfia, Esmirna, Roma, além de uma dirigida ao bispo Policarpo. Seus escritos têm forte teor eclesiológico: tratam da organização da Igreja, com acento para o dever da comunidade de acolher e submeter-se aos seus pastores — bispos, presbíteros e diáconos. Eles são legítimos sucessores dos apóstolos, referência para a unidade e o direcionamento da Igreja. Num contexto

de disputas e divisões, Inácio adverte as comunidades para que olhem e sigam os legítimos pastores do rebanho de Cristo. Estes são fontes seguras da sã doutrina e exemplos do modo de viver cristão. A escatologia perpassa suas cartas: a fé na iminente vinda de Cristo, no estabelecimento de seu reino em plenitude e na consumação de sua justiça e juízo – elementos que devem animar a fé da Igreja (Aquino, 2011, p. 35; Patrística, 2021b, p. 161-163,173). A cristologia nos escritos inicianos aparece de modo claro e consistente.

Inácio é direto, Jesus é o Verbo Deus que se encarnou: “Maria concebeu verdadeiramente um corpo que tinha Deus habitando nele e o Verbo Deus nasceu verdadeiramente da Virgem” (Patrística, 2021b, p. 169-170). Assim, como antípoda ao gnosticismo, ao docetismo, ao ebionismo e ao adocionismo, é afirmada a concepção milagrosa de Maria — e, ainda mais, a geração eterna e a preexistência do Logos. “Cristo, o Filho de Deus; que era antes do tempo, mas apareceu no tempo; que era invisível por natureza, mas visível na carne” (Patrística, 2021b, p. 197). Para Inácio, aqui está o núcleo da fé cristã. Com efeito, quem não confessa a deidade de Jesus o negou, e está envolto na morte. Crer e compreender são realidades intrínsecas; quer dizer, a fé em Jesus Cristo implica compreender quem Ele é em plenitude. O cristão necessita da fé para compreender, e a compreensão exige a confissão de uma fé esclarecida. Assim, para Inácio, confessar Jesus apenas como Messias, Senhor ou Salvador, não abarca, de modo completo, o que requer a fé cristã. Urge aceitá-lo e proclamá-lo como Deus (Patrística, 2021b, p. 137,187).

3.3 Policarpo de Esmirna (c. 69-155 d.C.)

Policarpo foi discípulo do apóstolo João e, sob as mãos deste, foi ordenado bispo de Esmirna, na Ásia. Assim como João, combateu energicamente o gnosticismo. Além de pastor, foi um catequista dedicado. Aos 86 anos, durante a perseguição contra os cristãos em Esmirna, foi condenado e queimado vivo em um espetáculo aberto ao grande público. Segundo o documento *O Martírio de São Policarpo*, escrito pela comunidade cristã esmirniana por volta de 155–160 d.C., durante o martírio muitos zombavam de Policarpo, dizendo: “Eis o doutor da Ásia, o pai dos cristãos”, enquanto outros o acusavam de ateísmo — a recusa em cultuar o imperador. Os relatos contêm acréscimos posteriores, lendas que romantizam o acontecimento; contudo, é verídico o seu martírio, consequência de sua fidelidade à fé cristã (Aquino, 2011, p. 36; Bogaz, 2008, p. 70-71; Patrística, 2021a, p. 93-95). De Policarpo chegou até nós apenas sua *Carta aos Filipenses*, além do documento supracitado, que, como destacado, é sobre ele, não dele. Ainda assim, nessa única carta há significativos elementos que explicitam a cristologia do bispo e mártir de Esmirna. Frente ao gnosticismo, afirma a encarnação do Logos eterno.

Enfatiza, portanto, a vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo como acontecimentos essenciais ao plano salvífico: “Nosso Senhor, Jesus Cristo [...] sofreu para suportar até a morte por nossos pecados, a quem Deus ressuscitou, tendo removido o tormento do Hades” (n. 1); “Jesus Cristo [...] assumiu os nossos pecados em seu corpo sobre o madeiro [...] não cometeu pecado, nem engano se achou em sua boca, mas por nossa causa suportou todas as coisas, a fim de que pudéssemos viver n’Ele” (n. 8). Desse modo, Policarpo reflete sobre a salvação radicada na graça de Deus: “Sabeis que é pela graça que sois salvos, não por obras,

mas pela vontade de Deus através de Jesus Cristo” (n. 1). Verifica-se, como é comum nos Padres da Igreja, uma cristologia da exaltação, explicável à luz de um contexto de duras perseguições e martírios. Não obstante, crê-se em Cristo exaltado, cujo governo está estabelecido nos céus e que, a seu tempo, será plenamente instaurado sobre toda a terra.

Por isso, cinjais vosso lombo e sirvais a Deus com temor e verdade [...]. Aquele que ressuscitou o nosso Senhor Jesus Cristo dos mortos e deu a Ele glória e um trono à sua direita, a quem todas as coisas foram sujeitas, as que estão no céu e as que estão na terra, a quem toda criatura que respira serve, e que vem como juiz dos vivos e dos mortos, cujo sangue Deus exigirá daqueles que são desobedientes (n. 2).

Policarpo não restringe sua reflexão cristológica à exaltação. Como destacado, acentua também uma cristologia da deidade: afirma Jesus Cristo como “nosso Senhor e Deus” (n. 6), a quem o cristão deve imitar, glorificar e adorar (Lightfoot, 2021, p. 109-115; Patrística, 2021b, p. 62-65).

Considerações finais

Desde sua aparição pública, Jesus tornou-se motivo de debates e controvérsias. À pergunta “quem ele é?”, diversos grupos de seguidores e oponentes se propuseram a responder de formas variadas e, por vezes, contraditórias. Dessas disputas surgiu o que, posteriormente, foi denominado cristologia, ou seja, uma reflexão aprofundada e sistemática sobre Cristo. Jesus, que deveria ser o motivo central de unidade entre os que reivindicavam para si o epíteto de cristãos, ao contrário, tornou-se a causa das maiores tensões, conflitos e divisões entre seus seguidores nos séculos I e II — e, ato contínuo, ao longo de

toda a história até os nossos dias. Como se observou ao longo desta análise, é mais correto falar em cristologias primitivas, no plural.

Não obstante, os documentos mais antigos do cristianismo, ao menos os que foram preservados e dos quais temos conhecimento, parecem apontar para uma cristologia chancelada pela tradição apostólica, isto é, uma perspectiva sobre Jesus recebida diretamente dos apóstolos e transmitida por seus discípulos às comunidades. Segundo essa tradição, a resposta à pergunta sobre Jesus é clara: ele é o Messias, o Senhor, o Deus encarnado. Há os que assim creem e o confessam piedosamente; outros o negam radicalmente. Fato é que Jesus de Nazaré promoveu uma convulsão social cujas ressonâncias permanecem até hoje. E nós, quem dizemos que ele é?

Referências

A BÍBLIA: O novo testamento. São Paulo: Paulinas, 2015.

ALAND, Barbara; ALAND, Kurt. **O texto do novo testamento**: introdução às edições científicas do novo testamento grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual. São Paulo: SBB, 2013.

AQUINO, Felipe. **A sagrada tradição**. 7. ed. São Paulo: Editora Cléofas, 2011. Coleção Escola da Fé I.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA DO PEREGRINO. São Paulo: Paulus, 2017.

BOGAZ, Antônio; COUTO, Márcio; HANSEN, João. **Patrística, caminhos da tradição cristã**: textos, contextos e espiritualidade da tradição dos padres da igreja antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré. São Paulo: Paulus, 2008.

CARDEDAL, Olegário González. **Cristologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

DANKER, Frederick; GINGRICH, Wilbur. **Léxico do novo testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

LIGHTFOOT, J.B (org.). **Os pais apostólicos**. Londrina: Livraria Família Cristã, 2021.

MEUNIER, Bernard. **O nascimento dos dogmas cristãos**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

O NOVO TESTAMENTO GREGO. 5. ed. rev. São Paulo: SBB, 2018.

PAROSCHI, Wilson. **Origem e transmissão do texto do novo testamento**. São Paulo: SBB, 2012.

PATRÍSTICA: introdução aos estudos da patrística. São Paulo: Fonte Editorial, 2021a. Coleção Patrística, 1.

PATRÍSTICA: pais apostólicos. São Paulo: Fonte Editorial, 2021b. Coleção Patrística, 2.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHNEIDER, Theodor (org.). **Manual de dogmática**. v. 1. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.